

Recorde de indenizações trabalhistas revela desmonte do legado

As empresas brasileiras pagaram um total de R\$ 50,77 bilhões em 2025. É a primeira vez que o valor supera a importância publicada pelo Estado de São Paulo na passada. O recorde acompanhado de uma alta histórica de novas ações trabalhistas ingressaram no acervo em 2025, um aumento de 8,7% em uma amostra da reversão do legado da década de 2017.

As mudanças legais, que derrubaram barreiras para trabalhadores nos primeiros anos de decisões de tribunais superiores e pela informalidade e pelo surgimento de reclamações que podem ser ajuizadas diretamente pelas empresas.

O principal fator para o recorde são os custos processuais para quem perde a ação, o que estabeleceu que a parte derrotada deve pagar honorários advocatícios de sucumbência e despesas judiciais, criando uma trava para quem não tem recursos.

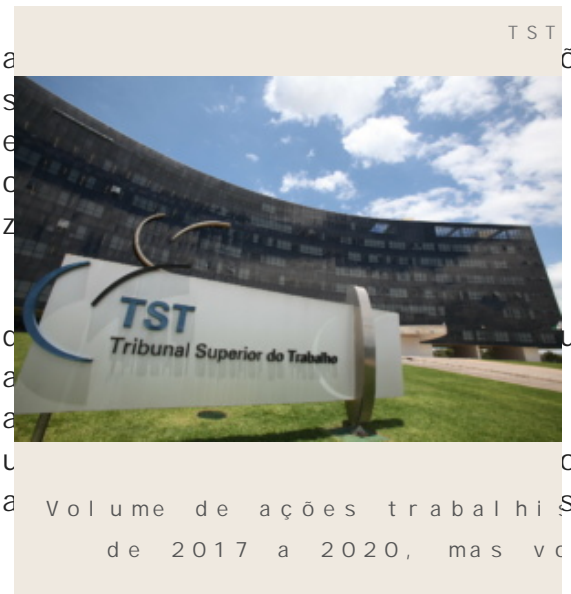
Em outubro de 2021, porém, o Plenário do Supremo Tribunal Federal declarou a inconstitucionalidade de decisões gratuitas. A maioria da corte avaliou, à época, que a regra era prejudicial aos pobres. O voto vencedor do ministro Alexandre de Moraes impôs o pagamento de honorários a quem tem a hipossuficiência.

O segundo motivo atrelado à alta é a facilitação do acesso à Justiça gratuita. O trabalho consolidou o entendimento de que a Justiça gratuita pode ser obtida por uma simples autodeclaração, sem a necessidade de comprovar a falta de recursos ou de bens. Na prática, a regra tem permitido que pessoas com grande patrimônio consigam litigar sem custos.

Diagnóstico

A mudança de regras foi criticada por alguns ministros do TST, que veem incentivos à litigância excessiva.

Para esses magistrados, a falta de exigência de prova pré-constituída ficou mais fácil para o trabalhador ajuizar ações trabalhistas sem razão em sua reclamação. O TST pode acumular milhares de pedidos sem assumir o ônus financeiro da sucumbência.



Além das decisões de Brasília, o avanço da informalidade é o elemento impulsor da judicialização. O crescimento de muitas pessoas a buscar o reconhecimento de direitos

Somado a isso, o Judiciário passou a receber novas demandas muito além das cobranças tradicionais como horas de periculosidade ou insalubridade, pois englobam demandas de prestação de serviço, modificadas por inovações tecnológicas

A transformação chinesa

A flexibilização das relações de trabalho e suas consequências nas últimas décadas, a China passou por uma das maiores transformações ao fazer a transição de uma economia planejada para



O processo começou nos anos 1980 com a reforma da chamada 'tigela de arroz' (de garantir o emprego vitalício aos trabalhadores urbanos).

Para dar competitividade às empresas, o governo chinês adotou os contratos de trabalho, o que resultou em demissões em massa e na criação de uma mão de obra para o emergente setor privado. O sistema de registro de trabalhadores rurais em cidades, criando uma força de trabalho barata.

Diante da precarização acentuada das relações de trabalho, o país asiático exigiu acordos por escrito e direitos trabalhistas.

Trabalho em 2008, exigindo acordos por escrito e direitos trabalhistas. Contudo, reagiram ampliando o uso do trabalho informal e novas proteções da lei.

Atualmente, com a expansão massiva da economia, a China tenha cerca de 200 milhões de trabalhadores como motoristas e entregadores, frequentemente sem proteção. Mudou de forma estrutural o mercado de trabalho do país, hoje mais de 80% de toda a força de trabalho urbana.

Fonte: <https://conjur.jumps.com.br/2026-mar-10/recordes-de-indenizacoes->